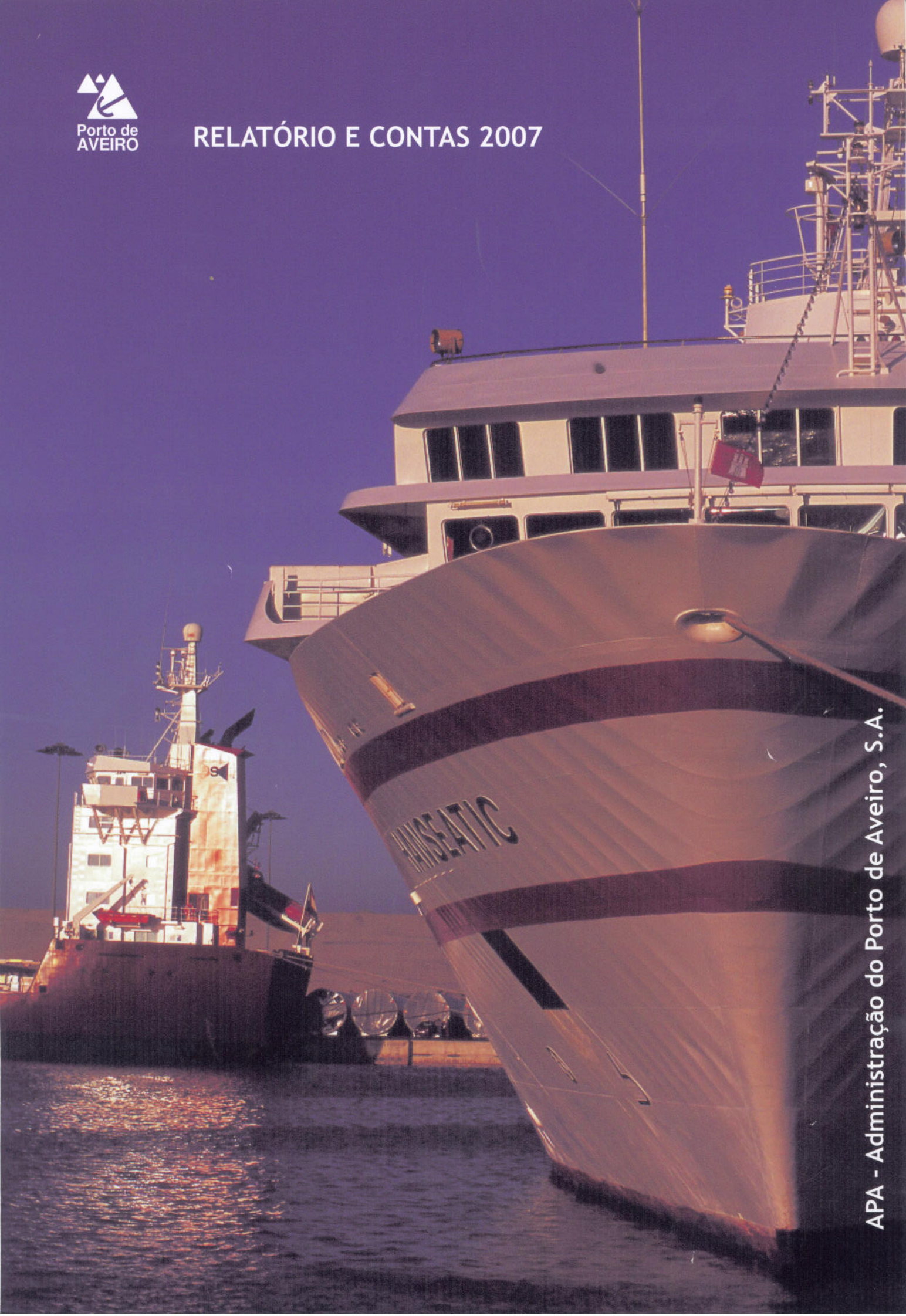




RELATÓRIO E CONTAS 2007



APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

Handwritten signature and initials "TAR" in the top right corner.

ÍNDICE

Relatório de Gestão

Mensagem do Conselho de Administração	4
1. Governo de Sociedade	8
1.1. Missão, Objectivos e Políticas da empresa	9
1.2. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	12
1.2.1. Regulamentos Externos	12
1.2.2. Regulamentos Internos	15
1.2. Informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas	16
1.2.1. Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)	16
1.2.2. APP - Associação dos Portos de Portugal	16
1.3. Outras Transacções	17
1.4. Código de Ética	17
1.5. Identificação dos Órgãos Sociais e respectivas remunerações	17
1.5.1. Identificação	17
1.5.2. Remunerações	21
1.5.2.1. Assembleia-geral	21
1.5.2.2. Fiscal Único	21
1.5.2.3. Conselho de Administração	21
1.6. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental	22
1.6.1. Responsabilidade Social	22
1.6.2. Responsabilidade Ambiental	23
1.7. Avaliação do cumprimento dos princípios do bom governo	25
1.8. Reuniões do Conselho de Administração	25
2. Gestão de riscos	26
3. Actividade Portuária	29
3.1. Movimento de Navios	30
3.2. Movimento de Mercadorias	31
3.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga	31
3.2.1.1. Carga Geral Fraccionada	33
3.2.1.2. Granéis Sólidos	34
3.2.1.3. Granéis Líquidos	34
3.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal	35
3.2.2.1. Terminal Norte	35
3.2.2.2. Terminal Sul	36
3.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos	36
3.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações/Exportações	36

3.3. Sector das Pescas	37
3.3.1. Porto de Pesca Costeira	38
3.3.2. Porto de Pesca do Largo	38
4. Investimentos	39
5. Concessões	42
5.1. De Prestação de Serviços	43
5.1.1. SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.	43
5.1.2. TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.	43
5.2. De Uso Privativo	43
5.2.1. SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.	43
5.2.2. NAVALRIA Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.	43
5.2.3. DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.	44
5.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.	44
5.2.5. Prio Advanced Fuels, S.A.	45
5.3. Outras Concessões em Curso	45
5.3.1. Concessão do direito de exploração comercial, em regime de serviço público, da movimentação de cargas no Terminal de Granéis Líquidos do porto de Aveiro	45
5.3.2. Sector Norte	45
6. Segurança no Porto	46
6.1. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code	47
6.2. VTS - Vessel Traffic System	47
6.3. SHT - Segurança e Higiene no Trabalho	48
7. Tecnologias e Sistema de Informação	49
7.1. PIP`e - Procedimentos e Informação Portuária electrónica (Normalização de Informação, Simplificação e Harmonização de Procedimentos nos Portos Portugueses)	50
7.2. PORTMOS - Integration of the Portuguese Ports and Maritime System in the Motorways of the sea	50
7.3. Arquivo Histórico - Documental	50
8. Marketing e Relações Externas	52
9. Recursos Humanos	55
9.1. Evolução do Efectivo	56
9.2. Habilitações Literárias	56
9.3. Activos por áreas operacionais	56
9.4. Escalões Etários	57
9.5. Antiguidade	58
9.6. Indicadores	58
9.6.1. Trabalho e Absentismo	58
9.6.2. Formação com o Pessoal	59
9.6.3. Produtividade	60
9.6.4. Custos com o Pessoal	60

9.6.5. Outros Custos com o Pessoal

9.6.5.1. Medicina no Trabalho

61

61

62

10. Análise Económico-Financeira

10.1. Situação Económica

63

10.1.1. Resultados

63

10.1.1.1. Resultado Operacional

63

10.1.1.2. Resultado Financeiro

65

10.1.1.3. Resultado Extraordinário

65

10.1.2. Meios Libertos Líquidos

65

10.1.3. Valor Acrescentado Bruto

66

10.2. Situação Financeira e Patrimonial

66

10.2.1. Imobilizado

66

10.2.2. Indicadores Financeiros de Estrutura

67

11. Proposta de Resultados

68

Contas do Exercício

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Mensagem do Conselho de Administração



A exemplo do que já acontecera em 2006, também o ano de 2007 se pode sintetizar a duas palavras: OBRA e FUTURO.

Falamos em OBRA quando nos referimos ao início da construção do Ramal da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, mantendo-se a programação prevista para a conclusão da obra (último trimestre de 2009).

Esta ligação é indispensável para aumentar a atractividade do porto, permitindo o alargamento do *hinterland* portuário à região de Castela e Leão. Com a sua conclusão, o porto de Aveiro ficará ligado à rede ferroviária nacional através das Linhas do Norte e da Beira Alta e, futuramente, à linha mista de velocidade elevada Aveiro-Salamanca, prevista no âmbito da Rede Ferroviária de Alta Velocidade.

Esta ligação ferroviária vai permitir ainda articular os pólos logísticos da Zona portuária e de Cacia à plataforma portuária de Aveiro, potenciando o aumento da movimentação de cargas por caminho-de-ferro a todo o *hinterland* portuário.

Falamos em OBRA quando assinalamos a execução das infra-estruturas do Parque Logístico do Terminal Granéis Líquidos (TGL), ou quando notamos o lançamento do concurso para a concessão do serviço no TGL.

OBRA que corre a par com PARCERIAS, de braço dado com a INICIATIVA PRIVADA, se atendermos ao facto de, só no ano transacto se terem concretizado, no porto de Aveiro, investimentos privados num montante de 100 milhões de euros. Uma cifra significativa, de incontestável significado. Permitam-nos que salientemos a Fábrica de Biodisel da PRIO, o Projecto PRIO de armazenagem de combustíveis, o Projecto SOCARPOR de armazenagem de cereais e aquisição de três novos guindastes para movimentação de cargas, ou o Projecto para exportação de *Woodpellets*.

OBRA a rimar com FUTURO se pensarmos na entrada em vigor do Regulamento de Exploração da APA. Pela primeira vez a empresa tem um regulamento de exploração.

OBRA a rimar com FUTURO quando olhamos para a conclusão do processo para o concurso da concessão do Terminal Norte, ou para a conclusão do estudo prévio do projecto de reconfiguração da Barra de Aveiro.



OBRA a rimar com FUTURO construído com empenho e dedicação de todos os trabalhadores com quem foi possível desenvolver, em 2007, um novo sistema de avaliação de desempenho, elemento relevante para a continuação e dinâmica interna da empresa.

O FUTURO constrói-se respeitando e conhecendo o passado. O Porto de Aveiro tem um passado de que se orgulha, uma história que se confunde com as estórias das bravas gentes que, desde a abertura da Barra, a 3 de Abril de 1808, até aos nossos dias, têm lutado com afinco a favor do progresso do porto e da região.

Foi com base nestes pressupostos que iniciámos, em 2007, as comemorações do Bicentenário da Abertura da Barra de Aveiro. Um conjunto de iniciativas foi já levado a cabo, cumprindo programa ambicioso que se estende por ano e meio (até finais de 2008), e que terá no próximo dia 3 de Abril o seu DIA GRANDE.

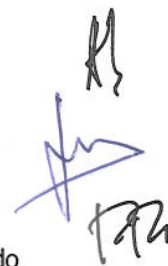
No início do nosso mandato traçámos, entre outros, um objectivo claro: dar mais visibilidade à APA, à sua comunidade portuária e a toda a série de importantes infra-estruturas que o Porto de Aveiro disponibiliza.

A presença regular de uma empresa em diferentes suportes difusores torna-se hoje mola imprescindível para o sucesso de qualquer gestão. O mundo actual já não se padece com um funcionamento em circuito fechado, ilusoriamente imune à comunidade, teimosamente falho de transparência.

Importa divulgar o que fazemos e, como quase sempre fazemos bem, obter dessa forma retorno positivo do nosso trabalho.

A publicação regular de uma *newsletter* electrónica, o lançamento do CANAL PORTO DE AVEIRO, no *Youtube*, disponibilizando já perto de uma centena de vídeos; a produção de audiovisuais de grande qualidade, enaltecidos em todos os fóruns, congressos, seminários e feiras onde têm sido exibidos, são alguns pontos que assinalam o cuidado posto no cumprimento do desiderato VISIBILIDADE.

Participámos em vários eventos do sector, valendo saliência a nossa presença, como parceiro oficial, no 10.º Congresso da APLOG, na Feira INTERPESCAS, na Conferência Internacional Marco Pólo II e no I Encontro Luso-Espanhol de Logística (Salamanca).

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

Devemos ainda salientar a instituição da figura do Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Aveiro, tendo, para o efeito, sido escolhida personalidade de reconhecido mérito a nível profissional, garantindo condições de absoluta independência.

No que diz respeito à implementação de um modelo de gestão empresarial no porto da Figueira da Foz, na esteira do disposto nas OESMP, a definição do modelo a adoptar está, neste momento, dependente de decisão superior.

Em 2008, é nossa firme intenção prosseguir fazendo OBRA, preparando o FUTURO com bases sólidas. Temos um sem-número de desafios a vencer no corrente ano.

1. Governo de Sociedade

AB
122

O presente capítulo pretende dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março que aprova os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, bem como ao previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 300/2007 de 23 de Agosto.

1.1. Missão, Objectivos e Políticas da empresa

Na Assembleia-geral da APA, realizada a 28 de Maio de 2007, o accionista único propôs e votou favoravelmente, para o mandato 2005-2007, a proposta de orientações estratégicas e objectivos de gestão apresentada pelo Estado e que se transcreve: *“Introdução: Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto accionista da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., define, no presente documento, as orientações estratégicas específicas, dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade, para o mandato em curso, que constituirão as coordenadas essenciais da acção dos gestores que integram esse órgão, bem como o compromisso com a excelência de gestão que ao serem eleitos aqueles gestores assumem para com os accionistas.*

Princípios Orientadores: Constituem princípios orientadores da gestão da APA, S.A.:

- *A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;*
- *A adopção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas;*
- *O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitam à APA, S.A. o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética.*

Orientações Gerais do Sector: A APA, S.A. desenvolve a sua actividade no sector Marítimo - Portuário cujo enquadramento estratégico se encontra definido no respectivo plano sectorial denominado Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo - Portuário (OESMP), apresentado pelo Governo em quinze de Dezembro de dois mil e seis das quais se destacam os seguintes vectores estratégicos:

- *Implementação de um modelo de co-optition das unidades portuárias em ambiente concorrencial, com vista a criar escala, reforçando o sistema portuário nacional;*

Handwritten signature and initials: "AL" and "TR" with a stylized mark.

- Redireccionamento do ambiente concorrencial para o exterior, isto é, para os restantes portos europeus, em especial ibéricos;
- Especialização da unidade portuária, gerando definição clara dos segmentos de mercados preferenciais e do âmbito territorial, gerando economias de escala e diversificando a oferta nacional;
- Reforço das vantagens competitivas e do core-business de cada unidade portuária, explorando o potencial de cada unidade e otimizando a capacidade instalada existente, direccionando os investimentos para as necessidades prioritárias e para o reforço das potencialidades identificadas;
- Concentrar o esforço de investimento nos portos em áreas que (a) concluem e rentabilizam investimentos já realizados e (b) representam estrangulamentos, ou factores críticos de desempenho;
- Robustecimento de cada unidade portuária enquanto infra-estrutura logística, reforçando a sua integração com os restantes modos de transporte e alargando o seu hinterland próprio;
- Fazer preceder de avaliação económica e de avaliação ambiental os novos investimentos em projectos de expansão portuária e de alteração do perfil de acessibilidades portuárias, no âmbito de cada porto e do sistema portuário.

Além disso, a actividade da APA, S.A. está enquadrada pela necessidade de conclusão do processo de mudança para o modelo de landlord port, pela constituição de uma entidade gestora do porto da Figueira da Foz, pela fase de desenvolvimento dos projectos de acesso ferroviário e marítimo que potencia a rentabilização dos investimentos já efectuados no porto, e pela forte dependência financeira que o mercado de inertes representa para a sociedade.

Orientações Estratégicas Específicas: A APA, S.A. tem por missão **facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento económico do seu hinterland.** Os principais **objectivos**, definidos para este mandato são: O desenvolvimento no segmento de carga geral fraccionada; O desenvolvimento no segmento dos granéis associado à instalação de indústrias e do desenvolvimento do parque logístico; A integração na Rede Nacional de Plataformas Logísticas pelo desenvolvimento da Zona de Actividades Logísticas Industriais utilizadoras do porto e ligação ao pólo logístico de Cacia e à plataforma transfronteiriça da Guarda, contribuindo para a concretização do Portugal Logístico; O reforço da sua capacidade competitiva através da definição de um modelo de articulação com o porto da Figueira da Foz; Aposta na intermodalidade; A contribuição para o incremento da quota nacional de movimentação portuária face à Península Ibérica e Europa Comunitária (UE15); Racionalidade

económica e redução do peso financeiro do Sector Empresarial do Estado (SEE); Redução da poluição resultante do sistema de transportes, criando condições que favoreçam nomeadamente o recurso aos meios de transporte com maior sustentabilidade económica e ambiental; Apoio à Tutela e à REFER na concretização da ligação ferroviária ao Porto de Aveiro; Realização dos estudos necessários à melhoria das acessibilidades marítimas ao Porto de Aveiro. Assim, são estabelecidos os seguintes objectivos de gestão e respectivas metas quantificadas, os quais corporizarão os "Contratos de Gestão": Volume de Negócios (com um peso de catorze por cento), aumento do volume de negócios em quatro vírgula sete por cento para pelo menos dez milhões seiscientos e setenta e um mil Euros no exercício de dois mil e sete; Margem do EBITDA (com um peso de dezoito vírgula sete por cento), melhoria da margem em três vírgula dois por cento para pelo menos vinte e oito vírgula cinco por cento no exercício de dois mil e sete; Resultados Líquidos (com um peso de vinte e três vírgula três por cento), fruto de ajustamentos contabilísticos, contenções do prejuízo líquido esperado em menos de um milhão duzentos e cinquenta e nove mil Euros negativos no exercício de dois mil e sete; Return on Average Capital Employed (ROACE) (com um peso de catorze por cento), melhoria do ROACE em setenta e oito por cento, atingindo pelo menos zero vírgula quatro por cento no exercício de dois mil e sete; Movimentação de mercadorias (com um peso de trinta por cento), consolidação e crescimento do volume de mercadorias movimentado na APA, S.A. em um por cento para pelo menos três milhões trezentos e oitenta e quatro mil toneladas durante o exercício de dois mil e sete."

Estas orientações constituíram, em 2007, coordenadas essenciais de acção dos gestores que integram o actual conselho de administração da APA, tendo estes superados os objectivos definidos em 19%, conforme se pode observar no quadro abaixo.

	Unidade	Peso de cada rubrica (1)	Objectivo 2007 (2)	(1)*(2)	Realizado 2007 (3)	(1)*(3)
Volume de Negócios	Mil Euros	14,00%	10.671	1.493,94	11.583	1.621,57
Margem do EBITDA	Mil Euros	18,70%	28,50%	5,3295%	41,0%	7,7%
Resultado Líquido	Mil Euros	23,30%	-1.259	-293,347	104	24,2680
ROACE	Mil Euros	14,00%	0,4%	0,056%	-0,1458%	-0,0204%
Movimento de Mercadorias	Mil Toneladas	30,00%	3.384	1.015,2	3.272	981,645
TOTAL		100,00%		2.216		2.628

Desempenho 2007	119%
-----------------	------

1.2. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita

1.2.1. Regulamentos Externos

Decreto-Lei 339/98, de 3 de Novembro: Transforma a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, denominada APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.;

Decreto-Lei 40/2002, de 28 de Fevereiro: Altera a área de jurisdição da APA, S.A. e transfere competências no domínio público hídrico para o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Decreto-Lei 46/2002, de 2 de Março: Atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição. Altera o Decreto-Lei 339/98, de 3 de Novembro;

Decreto-Lei 421/99, de 21 de Dezembro: Aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP);

Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, alterada pelas Portarias n.ºs 364/200, de 23 de Junho, 345/2001, de 6 de Abril, 218/2002, de 12 de Março, 577/2003, de 16 de Março, 1182/2004, de 14 de Setembro; 1146/2005, de 8 de Novembro e 778/2006, de 9 de Agosto: Estabelece as tabelas salariais e outras remunerações específicas, o mapa de pessoal e a descrição de funções das carreiras e categorias profissionais, bem como os critérios a considerar no recrutamento para os cargos de direcção e chefia e o respectivo regime de substituição, do pessoal das administrações portuárias;

Decreto-Lei 558/99, de 17 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 300/2007: Estabelece o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas;

Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março: Aprova o Estatuto do Gestor Público;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007: Aprova os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2005, de 1 de Agosto: Visa implementar a definição de orientações uniformes que fomentem o rigor e promovam a transparência da acção do Estado e dos titulares da gestão das entidades públicas empresariais e sociedades anónimas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, aplicando-se ainda estas medidas, com as devidas adaptações, aos institutos públicos;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, de 6 de Outubro: Prevê um conjunto de orientações no sentido de tornar mais justos e equilibrados os sistemas de remunerações e pensões nas empresas e institutos públicos.

Decreto-Lei 324/94, de 30 de Dezembro: Aprova as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;

Al
h72

Decreto-Lei 195/98, de 10 de Julho: Aprova o Regulamento de Inspeções de Navios Estrangeiros (RINE), estabelecendo os procedimentos a observar pela Direcção-Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos e Capitanias dos portos, procedendo à transposição da Directiva n.º 95/21/CE, do Conselho, de 19 de Julho;

Decreto-Lei 156/2000, de 22 de Julho: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/25/CE, do Conselho, de 27 de Abril, e as Directivas n.ºs 98/25/CE e 1999/97/CE, ambas da Comissão, respectivamente de 19 de Julho e de 13 de Dezembro, alterando o Decreto-Lei n.º 195/98, de 10 de Julho, que aprovou o RINE;

Decreto-Lei 284/2003, de 8 de Novembro: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da Comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios, e a Directiva n.º 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios (Altera o RINE);

Decreto-Lei 48/2002, de 2 de Março: Estabelece o regime jurídico de serviço público de pilotagem nos portos e aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;

Portaria n.º 633/1999, de 11 de Agosto: Estabelece o estatuto remuneratório do pessoal técnico de pilotagem;

Portarias n.ºs 365/2000, de 23 de Julho, 344/2001, de 6 de Abril, 217/2002, de 12 de Março, 576/2003, de 16 de Julho, 889/2003, de 26 de Agosto, 1186/2004, de 15 de Setembro, 1139/2005, de 7 de Novembro, 779/2006, de 9 de Agosto: Actualizam os montantes da tabela de remunerações da tabela de remuneração base e diuturnidades do pessoal técnico de pilotagem;

Decreto-Lei 49/2002, de 2 de Março: Estabelece o regime das contra-ordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias;

Decreto-Lei 223/2001, de 9 de Agosto alterado pelo Decreto-Lei 243/2004, de 15 de Dezembro: Estabelece os procedimentos a observar na contratação de empreitadas, fornecimentos e prestações de serviços nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações;

Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março: Estabelece o regime jurídico das empreitadas de obras públicas;

Decreto-Lei 86/2003, de 26 de Abril alterado pelo Decreto-Lei 141/2006, de 27 de Julho: Define as normas gerais aplicáveis à intervenção do estado na definição, concepção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das Parcerias Público Privadas;

Handwritten initials and signature in the top right corner.

Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de Novembro: Aprova o Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/93, de 15 de Abril: Estabelece um plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas (Plano Mar Limpo);

Lei 98/97, de 26 de Agosto, alterada pela Lei 48/2006, de 29 de Agosto: Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas;

Despacho 2196/2001, 2.ª série, de 2 de Fevereiro: Estabelece os elementos a enviar ao Ministério das Finanças, através da Inspeção-Geral de Finanças, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro;

Regulamento (CE) n.º 725, de 31 de Março de 2004: Relativo ao reforço da protecção dos navios e das instalações portuárias. Refira-se que no cumprimento deste regulamento, os diversos terminais deste porto criaram os respectivos Planos de Protecção, estabelecendo e aplicando medidas comunitárias destinadas a reforçar a protecção dos navios utilizados no tráfego internacional e nacional e das instalações portuárias conexas face às ameaças ilícitas internacionais, aplicando o Código do Internacional de Segurança dos Navios e Instalações Portuárias (ISPS);

Decreto-Lei 442/91, de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 6/96, de 31 de Janeiro: Aprova o Código do Procedimento Administrativo;

Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de Novembro: Define a estrutura básica de organização interna, prevista no Regulamento (CE) n.º 725 de 31 de Março de 2004;

Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro: Âmbito, domínios e metodologias das políticas públicas de segurança e saúde no trabalho (Capítulos I, II e IV);

Lei 99/2003, de 27 de Agosto: Define o objectivo das políticas a observar pelos empregadores no domínio da segurança e saúde no trabalho (Art.º 272 a 280);

Lei 35/2004, de 29 de Julho: Regulamento do Código do Trabalho (Art.º 211 a 263);

Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho, e demais legislação complementar, relativa à gestão de resíduos de navios;

Despacho Conjunto MARN/MM, de 21 de Junho de 1995, respeitante ao cumprimento da Convenção de Oslo, quanto à imersão de dragados no mar;

Resolução IMO A.868 (20), de 27 de Novembro de 1997, conjugada com o art. 16.º do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro: Define as directrizes para o controlo e gestão das águas de lastro dos navios, a fim de minimizar a transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patológicos;

Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de Julho: Regula o Sistema Comunitário de Acompanhamento e de Informação do Tráfego de Navios;

AS
192

Despacho 16167/2005, do INIAP, de 31 de Agosto: Classifica as zonas de produção de bivalves, incluindo a zona costeira de Aveiro, impedindo a execução de outras actividades até à batimétrica dos 40 metros;

Decreto-Lei n.º 64/2005, de 15 de Março, Relativo à remoção de destroços de navios encalhados e afundados;

Despacho 7/SEAMP/2001, de 11 de Outubro: Define os procedimentos ambientais a considerar em áreas de Administração Portuária;

Decreto n.º 8/2006, de 10 de Janeiro: Aprova a Convenção Internacional sobre a Prevenção, Actuação e Cooperação no Combate à Poluição por Hidrocarbonetos;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2005, de 17 de Março: Cria o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA);

Decreto-Lei n.º 302/90, de 26 de Setembro: Define o regime urbanístico do litoral;

Planos Directores Municipais de Aveiro e de Ílhavo;

Decreto-Lei n.º 292/80, de 16 de Agosto: Proíbe a extracção de areias na faixa costeira;

Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro: Cria a Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro.

1.2.2. Regulamentos Internos

Regulamento Geral de Tarifas para 2008; disponível em www.portodeaveiro.pt

Regulamento de Tarifas Específicos, disponível em www.portodeaveiro.pt

- Para o Fornecimento de Energia Eléctrica;
- Para o Fornecimento de Água Potável;
- Para a Recolha de Resíduos;
- Para as Taxas de Ocupações;

Regulamento de Exploração, que define as regras de funcionamento e as condições técnicas de operação do porto, disponível em www.portodeaveiro.pt

Regulamento de Segurança, disponível em www.portodeaveiro.pt

Normas de Segurança Marítima e Portuária de Aveiro, disponível em www.portodeaveiro.pt

Regulamento de Gestão de Resíduos, disponível em www.portodeaveiro.pt

Esta administração tem ainda um Plano de Emergência Interno, que evidencia a organização dos meios humanos e materiais, bem como os procedimentos de gestão para fazer face a situações de emergência.

Encontra-se em fase de elaboração o Manual de Segurança e Higiene no Trabalho, estando contudo a ser regularmente efectuadas inspecções aos locais de trabalho, com



incidência nos factores de risco profissional, na segurança no trabalho e medidas correctivas a adoptar.

Regulamento Interno para Cobrança de Juros Sobre Dívidas em Mora;

Regulamento de Ajudas de Custo e Despesas de Transporte com Deslocações em Serviço do Pessoal da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.;

Regulamento de Atribuição e Utilização de Viaturas Automóveis;

Encontra-se em processo de revisão, tendo em vista a sua adaptação às novas orientações estratégicas para o sector marítimo portuário, o Manual de Responsabilidades. Este manual clarifica e compila num só documento todas as funções, responsabilidades e autoridades de todos os trabalhadores, tendo por base não só os conteúdos funcionais descritos na Portaria 1098/99, de 21 de Dezembro, mas igualmente as atribuições/responsabilidades decorrentes da implementação do Sistema de Gestão Ambiental e as atribuições/responsabilidades previstas no Plano de Emergência Interno do porto de Aveiro, nunca perdendo de vista os objectivos estratégicos definidos para a empresa. Por outro lado, contém igualmente os requisitos pessoais e de competências para o exercício de uma determinada função/cargo, utilizados como critérios norteadores para o recrutamento de novos colaboradores;

Manual de Acolhimento: Aplica-se a todos os novos colaboradores da APA, bem como a estagiários (numa versão adaptada) ou prestadores de serviços com um contacto mais prolongado com esta administração portuária;

Procedimento de Formação, Sensibilização e Competência;

Instrução de Trabalho - Processo de Acolhimento;

Regulamento de Avaliação do Desempenho;

Encontra-se em fase de conclusão o Regulamento de controlo de Alcoolémia.

1.2. Informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas

1.2.1. Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 28º dos estatutos do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de Novembro, constitui receita para o IPTM entre outras *“Uma percentagem das receitas de exploração de cada porto integrado em administração portuária, a fixar anualmente por despacho do ministro da tutela”*. Refira-se que esta percentagem é actualmente de 4,5% do total das Prestações de Serviços de Exploração Portuária, com excepção da Tarifa de Pilotagem.

1.2.2. APP - Associação dos Portos de Portugal

De acordo com os Estatutos dos Portos de Portugal, os recursos financeiros desta associação, são entre outros, as contribuições dos sócios (administrações portuárias).

AS
18/12

1.3. Outras Transacções

Em matéria de contratação pública, a APA, enquadra-se nos denominados “sectores especiais”, regulados a nível nacional pelo Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 234/2004, de 15 de Dezembro, e a nível comunitário pela Directiva 2004/17/CE, de 31 de Março. Assim sendo, as contratações de bens e serviços e empreitadas, cujos valores se inscrevam nos limiares de aplicabilidade dos aludidos diplomas legais, são sujeitas aos procedimentos pré-contratuais neles previstos.

Abaixo dos referidos limiares legais e no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas, a APA, adopta os procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, aos quais se encontra vinculada ex-vi do disposto na alínea g) do n.º 1 do referido diploma.

No ano de 2007, não se verificaram transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Refira-se ainda que no ano de 2007, não ocorreram transacções com fornecedores, cujo valor excedesse o montante de 1 milhão de euros.

1.4. Código de Ética

A APA ainda não possui um Código de Ética. No entanto, os seus valores e princípios são profusamente difundidos e estão profundamente enraizados na cultura dos seus colaboradores.

Os principais vectores são:

- Satisfação do Cliente: Orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos clientes.
- Rentabilização económica: Rentabilização do porto, obtenção dos benefícios para os agentes e actores portuários e geração de riqueza para a economia regional.
- Respeito pelo Ambiente: Subordinação da actividade aos valores e condicionalismos ambientais e aos princípios de desenvolvimento sustentável.
- Garantia de segurança: Garantias de segurança e prevenção dos riscos ambientais;
- Conformidade social e institucional: Observância dos princípios e políticas nacionais e europeias e compromisso com as normas de natureza ética e de responsabilidade social.

1.5. Identificação dos Órgãos Sociais e respectivas Remunerações

1.5.1. Identificação

Nos quadros abaixo são apresentados os Órgãos Sociais da APA, que exerceram funções durante o ano de 2007.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Associação Industrial do Distrito de Aveiro (Representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)

Secretário da Mesa

Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio

Conselho de Administração

Presidente

Eng. José Luís de Azevedo Cacho

Vogais

Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva

Dr. Luís Manuel Dionísio Marques

Fiscal Único

Efectivo

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (Representada por Dr. José Pereira Alves)

Suplente

Dr. José Manuel Henriques Bernardo

A coordenação das Estruturas Orgânicas, durante o exercício de 2007, foi distribuída pelos membros do Conselho de Administração, da seguinte forma:

Presidente: Eng. José Luís de Azevedo Cacho

- Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de concessões para projectos com importância estratégica para o Porto de Aveiro;
- Gabinete de Apoio à Estratégia, Comunicação e Marketing;
- Gabinete Jurídico;
- Direcção de Exploração Portuária e
- Departamento de Pilotagem.

Vogal: Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva

- Direcção de Infra-Estruturas;
- Divisão de Segurança e
- Direcção de Espaços e Ambiente: áreas funcionais de licenciamentos, ocupações e Ambiente.

Vogal: Dr. Luís Manuel Dionísio Marques

- Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de gestão e inertes;
- Auditoria e Controlo de Gestão e
- Direcção Administrativa e Financeira.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares dos administradores supra identificados.

Eng.º José Luís de Azevedo Cacho (Presidente do Conselho de Administração - desde Abril de 2005).

Habilitações Literárias:

- Licenciatura em Engenharia Civil, pela Universidade de Coimbra (1984).

Percurso Profissional:

- Estágio na empresa Portucel, E.P. no ano de 1985;
- Inicia o exercício profissional, como actividade liberal em Janeiro de 1986;
- Director Técnico da empresa de obras públicas Construvenda Construções, L.da, de Janeiro de 1987 a Dezembro de 1998;
- Sócio - Gerente da empresa GAPEC - Gabinete de Projectos de Engenharia Civil, L.da., de Outubro de 1987 a Dezembro de 1998;
- Director Técnico da empresa Sousa & Silva, L.da., de Janeiro de 1989 a Dezembro de 1998;
- Sócio - Gerente da empresa SOCIENCO - Sociedade de Construções, L.da., Outubro de 1993 a Dezembro de 1998;
- Vogal do Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., de Janeiro de 1999 a Maio de 2002;
- Retoma as funções de Sócio - Gerente da empresa GAPEC - Gabinete de Projectos de Engenharia Civil, L.da., Junho de 2002 a Abril de 2005;
- Vogal do Conselho Fiscal da empresa Oliveira & Irmão, S.A., desde Abril de 2001.

Eng.º Rui António Monteiro Gomes de Paiva (Vogal do Conselho de Administração - desde Abril de 2005).

Habilitações Literárias:

- Licenciatura em Engenharia Civil e Minas pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto (1971).

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Percurso Profissional:

- Adjunto do Chefe de Mina na Empresa Carbonífera do Douro, S.A., desde 1971 até 1980;
- Director de Exploração (Produção) das Minas do Pejão, desde 1980 até 1995;
- Vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Castelo de Paiva, com o Pelouro do Ambiente e Obras Públicas, de Julho de 1995 a Dezembro de 1997;
- Consultor técnico na firma Custódio de Melo - Sociedade de Construções, L.da., a partir de Junho de 1981;
- Adjunto e posteriormente Chefe de Gabinete do Governador no Governo Civil de Aveiro, em 1998;
- Governador Civil de Aveiro, de Fevereiro de 2002 até Abril de 2002;
- Membro da equipa de Gestão do Programa Polis na cidade de Aveiro, enquadrando a implementação dos diversos projectos de requalificação urbana e ambiental da cidade, a partir de Abril de 2002.

Dr. Luís Manuel Dionísio Marques (Vogal do Conselho de Administração - desde Abril de 2005)

Habilitações Literárias:

- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (1997);
- Mestre em Ciências Empresariais, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2002)
- Revisor Oficial de Contas (2004) - suspensão voluntária

Percurso Profissional:

- Colaborador da empresa Cravo, Fortes & Antão, SROC, para as áreas de revisão de contas e organização de sistemas, de Outubro de 1994 a Agosto de 1995;
- Colaborador da PricewaterhouseCoopers, empresa internacional de auditoria e consultoria, de Setembro de 1995 a Dezembro de 1999;
- Director Administrativo e Financeiro da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., de Janeiro de 2000 a Abril de 2005;
- Docente convidado na Escola Superior de Aveiro do IPAM - Instituto Português de Administração de Marketing, desde 2004.

1.5.2. Remunerações

1.5.2.1. Assembleia-geral

A remuneração auferida pela Assembleia-geral, sob a forma de senhas de presença, durante o ano de 2007, foi de 1.744,58€.

	Valores em euros
Presidente	1.090,62
Secretário da Mesa	653,96

1.5.2.2. Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal único, durante o ano de 2007, foi de 20.397€.

1.5.2.3. Conselho de Administração

O actual Conselho de Administração da APA, foi eleito para o triénio 2005-2007, por deliberação da Assembleia-geral de 21 de Abril de 2005 e auferiu as seguintes remunerações:

	Valores em euros, referentes ao ano de 2007		
	Eng. José Cacho	Eng. Rui Paiva	Dr. Luís Marques
Remuneração	76.516,04	64.342,22	64.342,22
Remuneração Base	58.858,52	51.181,34	51.181,34
Acumulação de funções de gestão		n/a	
Remuneração complementar		n/a	
Despesas de representação	17.657,52	13.160,88	13.160,88
Prémios de gestão	Não foram atribuídos prémios de gestão aos administradores		
Outras regalias e compensações	58.596,62	50.039,24	48.517,34
Gastos de utilização de telefones	1.706,28	740,72	602,23
Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	47.367,70	40.256,58	40.256,58
Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	4.006,89	3.986,32	2.742,61
Subsídio de deslocação	0	0	0
Subsídio de refeição	1.253,98	1.426,23	1.286,53
Rendimentos em espécie	4.261,77	3.629,39	3.629,39
Encargos com benefícios sociais	12.862,47	11.234,98	11.234,98
Segurança social obrigatório	12.537,50	10.910,01	10.910,01
Planos complementares de reforma	Não existem Planos Complementares de Reforma na empresa		
Seguro de saúde	324,97	324,97	324,97
Seguro de Vida	0	0	0
Informações Adicionais			
Opção pelo vencimento de origem (s/n)	Não		
Indicação do Regime de Segurança Social	Artigo 13º do DL n.º 199/99, de 8 de Junho		

Informações Adicionais	
Cumprimento do n.º 7 da RCM n.º 155//2005	Não existem Planos Complementares de Reforma na empresa
Ano de aquisição de viatura pela empresa	2005
Exercício opção aquisição de viatura de serviço	Não
Usufruto de casa de função	Não
Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não

Todas as remunerações resultam da aplicação da deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., de 27 de Agosto de 2002.

As despesas de representação dizem respeito a 12 meses, conforme disposto no n.º 3 da RCM n.º 121/2005, de 1 de Agosto.

Os Rendimentos em espécie dizem respeito à utilização da viatura da empresa, conforme estatuído no n.º 5 do art. 24 do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

Aos actuais membros do Conselho de Administração, é aplicado o regime Geral da Segurança Social.

Não existem Planos Complementares de Reforma.

1.6. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

1.6.1. Responsabilidade Social

A APA, aposta claramente na valorização profissional e humana dos seus colaboradores, não só através de um forte investimento em matéria de formação profissional, como igualmente através da concessão de regalias que vão além das obrigações legais inerentes ao estatuto de trabalhador-estudante.

Na mesma linha de actuação e numa óptica de fomento do convívio entre trabalhadores e respectivas famílias, a APA subsidia a Casa de Pessoal do Porto de Aveiro (Centro de Cultura e Desporto) na promoção de diversas iniciativas que permitem um maior equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres.

No que diz respeito à intervenção e envolvimento dos seus colaboradores em processos de tomada de decisão vitais para a empresa, a APA promove activamente a sua participação no



processo de definição da estratégia a implementar para o porto, bem como na definição e desenvolvimento de políticas e projectos específicos, mediante a constituição de grupos de trabalho.

Evidência deste envolvimento, constitui o novo sistema de avaliação do desempenho que se pretende que seja um verdadeiro instrumento de apoio à gestão e um factor de mobilização em torno da missão da Empresa, encarado como um estímulo ao desenvolvimento dos colaboradores e à melhoria da qualidade dos serviços.

O objectivo primordial deste novo sistema é, assim, o de dirigir esforços para objectivos capazes de servir o negócio da Empresa e os interesses individuais dos colaboradores, na melhor forma possível de integrar os objectivos organizacionais e objectivos individuais, envolvendo todos os colaboradores em busca da qualidade em todos os níveis, em todas as áreas e em todos os momentos.

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade nos projectos vitais para o porto, são realizadas consultas a entidades externas à APA, no sentido de colher o seu contributo, considerado essencial para o aprofundamento de conclusões desenvolvidas internamente.

No que toca ao seu envolvimento com a Comunidade a APA contribui activamente para o desenvolvimento de iniciativas promovidas por diversas instituições de cariz social e religioso da região (grupos desportivos, bombeiros, paróquia, escolas). Destaca-se em particular o desenvolvimento de inúmeras parcerias com estabelecimentos de ensino, traduzidas quer no acolhimento de estágios de nível universitário ou secundário, quer no apoio de projectos específicos, apostando num claro envolvimento com o ensino.

1.6.2. Responsabilidade Ambiental

Durante o ano de 2007, esta Administração continuou a investir na melhoria do seu desempenho ambiental e consolidação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo a Norma *NP EN ISO 14001:2004*, com destaque para a elaboração e aprovação de novo Manual de Gestão Ambiental, consentâneo com a versão vigente da norma de referência.

Do trabalho efectuado, destacam-se as auditorias realizadas ao Sistema de Gestão Ambiental, com inclusão das instalações da Comunidade Portuária tendo em vista a sua permanente sensibilização e ainda a prestação/divulgação de informações julgadas pertinentes para as empresas, tais como acções desenvolvidas pela APA, novas obrigações legais, etc.

Para a melhoria do desempenho ambiental da APA salientam-se ainda as seguintes acções desenvolvidas nos diferentes domínios:

- Água

A APA investiu na promoção de fontes alternativas de água na rede do Terminal de Granéis Líquidos, pela execução de mais um furo de captação de água e dois novos reservatórios, aumentando assim a sua capacidade de captação e armazenagem de água para consumo humano e reserva de combate a incêndios, de modo a garantir o fornecimento permanente e suficiente de água a este terminal portuário, o qual se encontra em franca expansão.

Continuou a ser garantida a manutenção/limpeza dos sistemas de distribuição e a análise e desinfecção da água fornecida para consumo humano.

- Águas Residuais

Durante 2007 foram efectuadas beneficiações das Estações de Tratamento de Águas Residuais, com melhoria da qualidade do efluente rejeitado e das condições de segurança e acesso a estes equipamentos.

- Resíduos

Esta Administração continua a melhorar a gestão de resíduos no Porto de Aveiro, com destaque para o aumento da capacidade de recolha de resíduos sólidos e de recolha selectiva, desenvolvimento de acções no sentido de eliminar equipamentos e materiais obsoletos.

Continua a introduzir melhorias também no seu sistema de gestão de resíduos de navios, garantindo o cumprimento da legislação aplicável neste domínio. Em 2007, foram já apresentadas pelos Comandantes dos Navios, ou seus representantes, 99,8% das notificações de resíduos obrigatórias, tendo-se ainda verificado aumento do número de navios que entregaram resíduos no Porto de Aveiro e da quantidade de resíduos entregues.

- Emissões Atmosféricas

Esta Administração tem vindo a investir em medidas de minimização dos impactes resultantes da movimentação de granéis sólidos e do depósito de inertes, nomeadamente, pela emissão de partículas difusas que têm vindo a perturbar a qualidade de vida de alguns dos moradores da Gafanha da Nazaré.

No ano de 2007, destacam-se a aquisição de uma varredora industrial com controlo de emissão de poeiras, altamente especializada, e um conjunto vasto de acções para reduzir o transporte eólico dos inertes em depósito, de que são exemplo, a execução de barreiras de protecção e

respectivo revestimento com tela e a pavimentação de caminho de acesso rodoviário. Está ainda em curso, um trabalho de caracterização da qualidade do ar (partículas) na povoação adjacente ao Porto de Aveiro.

- Qualidade do meio hídrico - dragagens

A APA continua a garantir a monitorização da qualidade da água e sedimentos nas áreas portuárias a dragar e na zona de imersão de dragados, no mar, nos termos da legislação em vigor.

1.7. Avaliação do cumprimento dos princípios do bom governo

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, considera-se que a APA cumpre com a maioria dos princípios de bom governo definidos nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, com excepção parcial do princípio n.º 14 (conforme já referido no ponto 1.4. - Código de Ética).

1.8. Reuniões do Conselho de Administração

Em 2007, foram realizadas 70 reuniões do conselho de administração da APA destacando-se pela sua relevância as deliberações de:

- 12 de Janeiro de 2007: Aprovação da amortização antecipada do empréstimo bancário Associação dos Portos de Portugal (APP) e celebração de contrato de empréstimo de médio/longo prazo, com os Bancos BPI, S.A. e BCP, S.A.;
- 19 de Fevereiro de 2007: Aprovação da análise do modelo contratual e dos aspectos financeiros da Concessão do Terminal Norte;
- 21 de Junho de 2007: Aprovação da indicação do Provedor do Cliente do porto de Aveiro, para nomeação pela Tutela;
- 31 de Julho de 2007: Aprovação dos estudos preliminares para a Elaboração dos estudos de Reconfiguração e de Navegabilidade da Barra do porto de Aveiro;
- 24 de Setembro de 2007: Aprovação do projecto do Estatuto do Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do porto de Aveiro;
- 2 de Outubro de 2007: Aprovação do Regulamento de Exploração da APA e
- 26 de Outubro de 2007: Aprovação do Regulamento de Avaliação de Desempenho.

2. Gestão de Riscos



A premissa inerente à gestão de riscos corporativos é que toda a organização existe para gerar valor às partes interessadas.

Todas as organizações enfrentam incertezas sendo o desafio dos gestores determinar até que ponto podem aceitar essa incerteza, assim como definir como essa incerteza pode interferir no esforço para gerar valor às partes interessadas. Incertezas representam riscos e oportunidades, como potencial para destruir ou agregar valor. A gestão de riscos corporativos possibilita aos gestores tratar com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades associadas, com a finalidade de melhorar a capacidade de gerar valor.

O valor é maximizado quando a organização estabelece estratégias e objectivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e de retorno de investimento e os riscos a elas associados para explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objectivos da empresa.

O presente capítulo pretende dar cumprimento ao número 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades, bem como à alínea h) do número 5 do mesmo artigo.

Estabelece o número 1 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, que o relatório de gestão deve conter uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a sociedade se defronta.

A APA procede a uma política de gestão de risco, assumindo uma postura conservadora face ao risco. De entre os principais riscos destacamos as seguintes estruturas de acção:

- riscos estratégicos, devidamente identificados no Plano Estratégico da empresa (www.portodeaveiro.pt), correspondem acções estratégicas cuja execução é acompanhada pelo modelo de alinhamento organizacional;
- riscos ambientais, umas das principais responsabilidades da empresa, são monitorizados e minimizados através do nosso Sistema de Gestão Ambiental;
- riscos de segurança são regularmente reavaliados e objecto da actuação de colaboradores especializados e da coordenação de diversas entidades no âmbito da Protecção Civil;
- riscos de negócio, apesar da complexidade crescente, são objecto de uma política financeira com base na previsibilidade das receitas futuras, sempre que possível com base contratual;



- riscos de conformidade, com a legislação e contratos, são objecto de procedimentos internos com forte intervenção dos nossos colaboradores jurídicos.

A alínea h) do número 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, estabelece que o Relatório de Gestão deve indicar *“os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão de riscos financeiros, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros”*.

A APA celebrou em 2007, com o Banco Santander Totta, S.A., um contrato de permuta de taxa de juro (*interest rate swap*), que permitiu converter a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, relativamente a 60% do empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento (BEI). Este contrato teve como objectivo proteger a APA de oscilações relevantes na taxa de juro, adequando os encargos futuros à previsão de receitas.

Refira-se que o empréstimo contraído junto do BEI, em 2004, permitiu à APA reconverter as suas dívidas bancárias de curto prazo em médio e longo prazo, que foram contraídas para fazer face às suas necessidades de financiamento decorrentes da execução de parte dos projectos de investimentos estruturais definidos no seu Plano de Investimentos.

3. Actividade Portuária

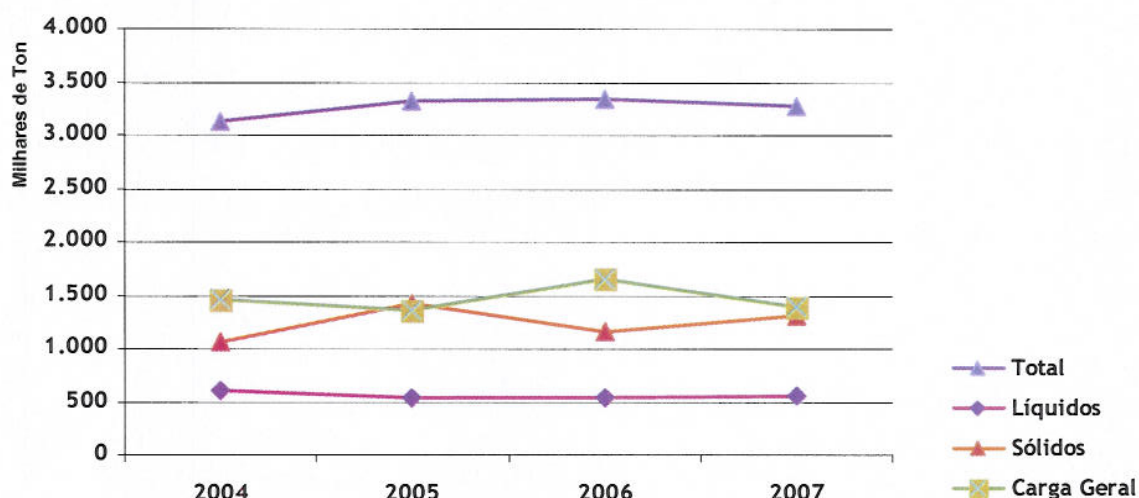
AS
17/2

Em 2007, estabilizou a tendência de crescimento sustentado do movimento de mercadorias no porto de Aveiro. Efectivamente, em 2007 não foram atingidos os 3,3 milhões de toneladas alcançados em 2006, o que representou um ligeiro decréscimo de 2,32%, comparativamente com o registo anterior.

Continua no entanto a verificar-se um crescimento das exportações, o que significa estar a diminuir o volume das importações efectuadas por este porto.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2007, foi de 42,8% para a Carga Geral, com um considerável decréscimo de 15,44% relativamente ao ano anterior, 39,96% para os Granéis Sólidos e 17,24% para os Granéis Líquidos.

Movimento no Porto de Aveiro



3.1. Movimento de Navios

O movimento de navios no porto de Aveiro registou em 2007 um total de 977 navios, a que corresponde uma arqueação bruta total de 3.068.999 GT. Face ao ano anterior, observa-se uma diminuição de 8,18% no número de navios e de 2,37% em termos de GT, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 2.954 GT em 2006 para 3.141 GT em 2007.

No quadro abaixo, verifica-se um aumento do número de navios com classes de arqueação bruta (GT) superiores, ou seja, assiste-se a uma alteração do mix de navios deste porto, com um

aumento do número de navios com classe de GT superiores, confirmando a tendência para um contínuo aumento do porte dos navios que escalam o porto.

Classe de GT	2006		2007		▲% 07/06	
	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	1.064	3.143.387	977	3.068.999	-8,18%	-2,37%
<501	11	2.635	3	492	-72,73%	-81,33%
501 - 1000	9	7.965	13	11.827	44,44%	48,49%
1001 - 1500	39	48.995	30	37.654	-23,08%	-23,15%
1501 - 2000	167	304.807	116	210.433	-30,54%	-30,96%
2001 - 2500	281	644.629	289	667.286	2,85%	3,51%
2501 - 3000	232	650.303	223	629.437	-3,88%	-3,21%
3001 - 3500	71	231.258	54	173.446	-23,94%	-25,00%
3501 - 4000	116	439.663	68	258.823	-41,38%	-41,13%
4001 - 4500	29	123.803	57	249.328	96,55%	101,39%
> 4500	109	689.329	124	830.273	13,76%	20,45%

3.2. Movimento de Mercadorias

3.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O movimento de mercadorias em 2007 totalizou 3.272.015 toneladas, representando um decréscimo de 77.555 toneladas face aos valores do ano anterior, em que foram movimentadas 3.349.570 toneladas. Esta diminuição é justificada pela quebra verificada na Carga Geral Fraccionada.

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos últimos anos, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2006	2007	▲%07/06
Total do Movimento Portuário	3.349.570	3.272.015	-2,32%
Carga Geral Fraccionada	1.656.167	1.400.403	-15,44%
Granéis Sólidos	1.158.652	1.307.481	12,84%
Granéis Líquidos	534.703	564.091	5,50%

Os Granéis Sólidos registaram uma evolução positiva de 12,84 %, atingindo 1.307 mil toneladas. Tal ficou a dever-se fundamentalmente ao substancial aumento das exportações de clínquer e de

Handwritten signature and initials in the top right corner.

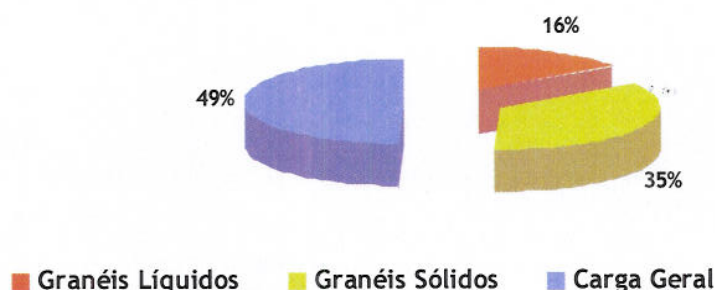
biomassa vegetal¹, que no grupo dos granéis sólidos compensaram largamente o elevado decréscimo das descargas de cereais. Por motivos de conjuntura dos mercados internacionais, a tendência de importação deste tipo de produtos em 2007 foi transferida para portos transoceânicos, o que implicou o seu transporte em navios de grande porte que o porto de Aveiro não pode ainda receber.

Pelo mesmo motivo se verificou uma grande diminuição na **Carga Geral Fraccionada** (-15,44%), com a quase totalidade das perdas a reflectir-se nos produtos metalúrgicos, que foram desviados para portos com capacidade de recepção de navios de grande dimensão.

A distribuição da movimentação global de mercadorias segundo os diferentes tipos de carga traduziu-se num maior equilíbrio na repartição entre Granéis Sólidos e Carga Geral Fraccionada, com ligeira vantagem para esta.

Refira-se ainda que os **Granéis Líquidos** movimentados no porto registaram um aumento de 5,50%, relativamente a 2006, fixando-se em 564 mil toneladas.

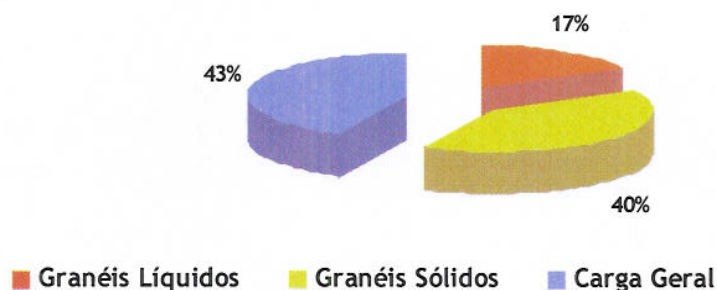
Movimento de Mercadorias por tipo de carga em 2006



¹ Derivados de madeira (estilha de madeira e casca de pinho), utilizados como matéria-prima para centrais eléctricas e térmicas.

AS
192

Movimento de Mercadorias por tipo de carga em 2007



3.2.1.1. Carga Geral Fraccionada

Apesar da quebra registada comparativamente com 2006, a **Carga Geral Fraccionada** surge, no ano de 2007, como a principal carga movimentada neste porto. As principais mercadorias movimentadas em operações de carga fraccionada foram agora as Pastas de Madeira, os Produtos Metalúrgicos e as Madeiras (em bruto e densificada).

	Toneladas		
	2006	2007	▲ 07/06
Total de Carga Geral Fraccionada	1.656.167	1.400.403	-255.764
Pastas químicas de madeira branqueadas	252.049	244.219	-7.830
Ferro / Aço não ligado (Verguinha/Varões)	287.242	209.923	-77.319
Produtos planos laminados a quente; Coils	229.101	179.416	-49.685
Madeira em bruto	176.630	143.795	-32.835
Madeira densificada	99.990	89.538	-10.452
Perfis de ferro ou aço não ligado	65.098	73.755	8.657
Fios de ferro ou aço não ligado (arame)	125.119	66.558	-58.561
Produtos planos laminados a frio; Coils	79.596	54.681	-24.915
Produtos laminados planos revestidos	47.508	43.796	-3.712
Madeira serrada de pinho e eucalipto	14.859	41.012	26.153
Malha Sol	21.402	32.390	10.988
Outra Carga Geral	257.573	221.320	-36.253

Com base no quadro acima, constata-se que a mercadoria que mais contribuiu para a diminuição deste tipo de carga foram os produtos metalúrgicos (Ferro e Aço não ligado, coils, arame e